

2008 e no âmbito da Discussão Pública, ficam patentes para consulta, o Plano de Ordenamento da Albufeira de Fronhas e o respectivo Relatório Ambiental, no site do Instituto da Água, I. P. — <http://www.inag.pt> — e também nos seguintes locais:

Instituto da Água, I.P.

Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 30, 1049-066 Lisboa

Telefone: 218 430 000 — fax 218 430 469

e-mail: inforag@inag.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 1250-048 Coimbra

Telefone: 210 101 300 — Fax 210 101 302

Câmara Municipal de Arganil

Praça Simões Dias, Apartado 10, 3304-954 Arganil

Telefone: 235200150/3 — Fax: 235200158

Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares

Largo da República, 3350-156 Vila Nova de Poiares

Telefone: 239 420 850 — Fax: 239 421 800

Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça

3300-357 S. Martinho da Cortiça

Telefone — Fax: 239 456 927

Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira

Rua Visconde Sanches de Frias, n.º 215, 3300-318 Pombeiro da Beira

Telefone: 235 296 152 — Fax: 235 296 345

Junta de Freguesia de Sarzedo

Rua José dos Santos, 3300-408 Sarzedo

Telefone: 235 205 132 — Fax: 235 208 833

Junta de Freguesia de Arganil

Av. José Augusto de Carvalho, 3300-014 Arganil

Telefone: 235 205 588 — Fax: 235 208 898

Junta de Freguesia de Lavegadas

Lugar da Igreja Nova, 3350-052 Lavegadas VNP

Telefone — Fax: 239455667

Os interessados deverão apresentar os seus contributos por escrito, sendo os mesmos entregues nos locais supramencionados.

Durante o período da discussão pública terá lugar uma sessão pública de esclarecimento no dia 28 de Outubro de 2008, pelas 18,00 h, no Salão Nobre na Câmara Municipal de Arganil na Praça Simões Dias, em Arganil.

2 de Outubro de 2008. — O Presidente, *Orlando Borges*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor

Louvor n.º 617/2008

Ao cessar funções como secretário-geral do Ministério da Economia e da Inovação, por reunir as condições para a aposentação, entendo ter o dever de manifestar público reconhecimento ao licenciado Mário Marques da Silva pelo elevado mérito e qualidades de trabalho, pela competência profissional, lealdade, empenho, rigor, sentido de responsabilidade, dedicação, sagacidade e perspicácia com que sempre pautou o exercício das suas funções.

O licenciado Mário Marques da Silva iniciou funções na Administração Pública na década de 70 e desempenhou com elevado sentido de interesse público todas as funções que lhe foram atribuídas, pelo que é meu dever enaltecer o seu *curriculum vitae* e destacar o inexcusável esmero e dignidade que dedicou à Administração Pública.

Estas qualidades, por todos reconhecidas, granjearam o respeito de todos e são razões que me obrigam a manifestar o meu profundo agradecimento e a formular este público louvor.

1 de Outubro de 2008. — O Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, *Fernando Pereira Serrasqueiro*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 25192/2008

De acordo com a fundamentação constante da proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do

cargo de direcção intermédia do 1.º grau, do quadro de cargos de direcção, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2007, de 27 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do art. 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Directora de Serviços de Apoio Jurídico e Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, a licenciada Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades Culturais.

O Júri, com base na avaliação curricular e na entrevista, explicitou como razões para a nomeação o facto da candidata expressar um conjunto de experiências e competências profissionais, quer enquanto dirigente, quer noutros cargos e pelouros que ocupou ao longo de vários anos na área jurídica, reveladoras de preparação adequada para o exercício, bem sucedido, da função de Directora de Serviços de Apoio Jurídico e Contencioso.

Através da entrevista, o júri concluiu que a candidata possui muito bom sentido crítico, pela forma como abordou as questões que lhe foram apresentadas ao longo da entrevista, consubstanciado ainda pela capacidade de reflexão e análise. No que se refere à motivação, a candidata revelou níveis muito elevados de motivo de realização, o que permite antever uma forte preocupação com a concretização dos objectivos que vierem a ser atribuídos à sua área de responsabilidade, não apenas pela energia colocada na sua consecução, como também pela capacidade de gerir os recursos adequados à finalização das mesmas. Ao nível profissional, a candidata revelou possuir um conjunto de conhecimentos e de experiências relevantes quer na área do contencioso, quer na área do gracioso, para o exercício da função em causa, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

29 de Setembro de 2008. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Curriculum vitae abreviado

Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob

Nascida em 27 de Fevereiro de 1964. Casada, 3 filhos.

Habilitações académicas

Licenciatura em Direito, em 1987, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Pós-graduação em Estudos Europeus (Vertente Económica), em 1991/1992, no Instituto Europeu da

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Diploma de Especialização em Sociedade da Informação e Inovação na Administração Pública — DESIIAP, em 2003/2004, no INA — Instituto Nacional de Administração.

Pós-graduação de Actualização em Legística e Ciência da Legislação — Certificado de Frequência, em 2006, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional

Directora de Serviços de Apoio Jurídico e Contencioso, em regime de substituição, na Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação — de 5 de Maio de 2008 até ao presente.

Assessora Jurídica do Secretário de Estado da Administração Pública — Julho de 2007 até 4 de Maio de 2008.

Secretária-Geral Adjunta do Ministério da Cultura — Julho de 2002 a Junho de 2007.

Presidente da Mesa da Assembleia geral do Teatro Nacional D. Maria II, S. A., — 2004 a Abril de 2007.

Docente no Centro de Formação Penitenciária — 2002.

Técnica superior no Gabinete Técnico-Jurídico da DGSP — Ministério da Justiça — 2001 a 2002.

Desempenho de funções em diversos Gabinetes Governamentais: no Ministério da Economia entre 1995 e 2001 e no Ministério da Cultura em 2002.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia geral da SIMAB, S.A, Sociedade Instaladora de Mercados

Abastecedores, S. A., por nomeação do accionista Estado — 1996 a 2001.

Técnica Superior na Procuradoria-Geral da República — 1991 a 1995.

Desempenho de funções de Quadro Superior, na AIP — 1990 a 1991.

Estágio e Exercício de Advocacia, Vila Real de Santo António e Lisboa — 1987 a 1990.

Situação profissional actual

Técnica superior do quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades Culturais (IGAC).

Outras funções relevantes desempenhadas nos últimos anos

Ponto Focal SIMPLEX para o Ministério da Cultura — de 2006 a 2007.